

UNIATENAS

FRANCIELE MARIA CARVALHO BATISTA

**OS AVANÇOS E OS DESAFIOS DA INCLUSÃO ESCOLAR**

Paracatu

2018

FRANCIELE MARIA CARVALHO BATISTA

## **OS AVANÇOS E OS DESAFIOS DA INCLUSÃO ESCOLAR**

Monografia apresentada ao Curso de Pedagogia do UniAtenas, como requisito parcial para a obtenção de título de licenciatura em Pedagogia.

Área de concentração: Inclusão Escolar

Orientador: Prof<sup>a</sup>. Msc Jordana Vidal Santos Borges

Paracatu

2018

FRANCIELE MARIA CARVALHO BATISTA

## OS AVANÇOS E OS DESAFIOS DA INCLUSÃO ESCOLAR

Monografia apresentada ao Curso de Pedagogia do UniAtenas, como requisito parcial para a obtenção de título de licenciatura em Pedagogia.

Área de concentração: Inclusão Escolar

Orientador: Prof<sup>a</sup>. Msc Jordana Vidal Santos Borges

Banca Examinadora:

Paracatu – MG, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

---

Prof<sup>a</sup>. Msc Jordana Vidal Santos Borges  
UniAtenas

---

Prof<sup>a</sup>. Msc Jane Fernandes Viana Do Carmo  
UniAtenas

---

Prof<sup>a</sup>. Msc Jôsy Roquete Franco  
UniAtenas

Dedico este trabalho em primeiro lugar à Deus, que é essencial em minha vida e autor do meu destino. Dedico aos meus pais, ao meu namorado, ao meu irmão e a minha querida sobrinha.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço imensamente a Deus por ter me concedido saúde e disposição, pois sem Ele não seria possível.

Agradeço à minha família que sempre faz tudo para tornar os momentos difíceis mais brandos.

Aos meus amigos por todo amor, força, incentivo e apoio incondicional.

Agradeço ao meu namorado que jamais negou apoio, carinho e incentivo. Obrigada por aguentar tantas crises de estresse e ansiedade. Sem o seu amor do meu lado, esse trabalho não seria possível.

Agradeço a todos os professores, especialmente a minha orientadora Jordana Vidal Santos Borges. Obrigada por exigir de mim muito mais do que eu imaginava ser capaz de fazer. Minha eterna gratidão por compartilhar a sua sabedoria, o seu tempo e sua experiência.

Nós não devemos deixar que as incapacidades das pessoas nos impossibilitem de reconhecer as suas habilidades.

Hallahan e Kauffman

## RESUMO

A principal função da educação é capacitar as pessoas e a sociedade, de modo geral, a se tornarem cidadãos conscientes e respeitosos em relação às diferenças. Dessa forma, considerando o novo milênio que estamos vivenciando, torna-se necessário a construção de uma nova escola mais inclusiva e solidária, que veja os alunos com necessidades educacionais especiais tenham a mesma atenção que outros alunos. Tal demanda impõe também uma mudança nos currículos da formação profissional evidenciando a importância da formação continuada.

**Palavras-chave:** Educação Inclusiva. Necessidades Educacionais especiais. Formação continuada.

## **ABSTRACT**

*The main function of education is to enable people and society, in general, to become conscious and respectful citizens of differences. Thus, considering the new millennium that we are experiencing, it is necessary to build a new school more inclusive and supportive, that sees students with special educational needs have the same attention as other students. This demand also requires a change in the curricula of vocational training, highlighting the importance of continuing education.*

**Keywords:** *Inclusive Education. Special Educational Needs. Continuing education.*

## **LISTA DE ABREVIATURAS**

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação

NEE – Necessidades Educacionais Especiais

PCD – Pessoa com Deficiência

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b>	<b>11</b>
<b>1.1 PROBLEMA DE PESQUISA</b>	<b>12</b>
<b>1.2 HIPÓTESES</b>	<b>12</b>
<b>1.3 OBJETIVOS</b>	<b>13</b>
<b>1.3.1 OBJETIVO GERAL</b>	<b>13</b>
<b>1.3.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS</b>	<b>13</b>
<b>1.4 JUSTIFICATIVA DO ESTUDO</b>	<b>13</b>
<b>1.5 METODOLOGIA DO ESTUDO</b>	<b>14</b>
<b>1.6 ESTRUTURA DO TRABALHO</b>	<b>15</b>
<b>2 CONHECER A EDUCAÇÃO INCLUSIVA E A LEGISLAÇÃO QUE A AMPARA</b>	<b>16</b>
<b>3 ESTRATÉGIAS METODOLÓGICAS INCLUSIVAS E MATERIAL DIDÁTICO DE APOIO</b>	<b>20</b>
<b>4 A FORMAÇÃO CONTINUADA COM FOCO NA INCLUSÃO</b>	<b>23</b>
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>26</b>
<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>27</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A Constituição Federal de 1988 no artigo 205 cita que: “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. Ao citar o direito de todos estão inclusos também os alunos com necessidades educacionais especiais. Dessa forma, não há mais como a escola fugir da educação inclusiva, necessitando criar formas para se adaptar atendendo a todos com qualidade.

Rodrigues (2006) explica que o principal valor do termo inclusão está em uma educação igual para todos, respeitando o princípio do “nenhum a menos” e sem “esquecimentos” e rejeições, uma educação que corresponde a uma sociedade plenamente inclusiva.

Um sistema escolar inclusivo é aquele que mesmo diante da generalidade de seus alunos, tem o desafio de garantir o sucesso na aprendizagem, mesmo em meio a diferenças. Inserir este aluno com necessidades educacionais especiais no contexto escolar, preservando seus direitos e democracia, assegurando uma educação de qualidade aos alunos (NOVA ESCOLA, 2013).

Sabe-se que é um direito que deveria ser exercido, mas que na prática as coisas não fluem como deveriam ser. Assim sendo, inclusão significa a modificação da sociedade como pré-requisito para a pessoa com necessidades específicas buscar seu desenvolvimento e exercer sua cidadania (ORRÚ, 2014).

Rodrigues (2003) ressalta ainda que com avanços significativos na legislação no que tange a discussão sobre inclusão, há muitos desafios a serem superados e muitos a serem conquistados. Mudanças também relacionadas à terminologia do termo deficiência, onde o termo Pessoa com Necessidade Especial foi oficialmente alterado para Pessoa com Deficiência (PCD) em 03/11/2010 pela Portaria 2.344/2010 da Secretaria dos Direitos Humanos. Este termo passou por alterações porque a deficiência não se porta, não se possui, mas faz parte da pessoa (SASSAKI, 2002).

O cenário educacional brasileiro está em um período de significativas mudanças e, os olhares, as práticas e as concepções vêm se transformando. E, a inclusão vem ganhando cada vez mais espaço no contexto escolar e na sociedade, mas não é difícil imaginar o quanto a educação inclusiva, com sua nova forma de

organizar a escolar, o trabalho docente, as relações interpessoais, pode causar estranhamento, provocar sentimentos contraditórios e uma rede de sentidos e significações (ORRÚ, 2014).

“Portanto, é preciso que o educador tenha uma escuta sensível, permitindo conhecer o outro na sua totalidade humana e social” (CERQUEIRA, 2011, p.16). É necessário que a escola, como o todo, dê suporte pedagógico, material didático para realizar as atividades escolares, e acima de tudo, trabalhe a afetividade, possuindo a compreensão e a paciência em ensinar, cativando este aluno, para que seu processo de ensino aprendido realmente aconteça.

E, de acordo com a LDB Nº 9.394/96, em seu artigo 59, inciso III, coloca a discussão da formação do professor, no desafio de entender seu papel como coparticipante em uma proposta de educação inclusiva, quando alude a “professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para o atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns”. Ressaltando a extrema importância, no atual cenário da educação inclusiva, de assinalarmos a questão da formação de professores como um dos fatores que norteiam os objetivos traçados nesse processo educativo.

A educação inclusiva parte do pressuposto que a escola deve oferecer a todas as oportunidades iguais, a fim de assegurar uma educação de qualidade, independente das suas condições físicas ou psicológicas dos alunos. A inclusão escolar não é um processo rápido, automático e sim um processo gradativo, além de ser responsabilidade de toda sociedade, que deve sentir-se comprometida, viabilizando assim, a plena integração do indivíduo. E, para isso se torna imprescindível a participação efetiva dos professores, focando na educação continuada, objetivando uma melhor capacitação (CAMARGO, 2017).

## **1.1 PROBLEMA DE PESQUISA**

A educação inclusiva está realmente inserida no contexto escolar?

## **1.2 HIPÓTESES**

a) percebe-se que o ato de desenvolver uma escola que rejeite a exclusão

e promova a aprendizagem conjunta e sem barreiras, torna o espaço escolar mais democrático e humanizado, aceitando o “outro”, que tem necessidades diferentes das nossas, para uma escola sem exclusões.

b) nota-se a importância da formação continuada dos profissionais que atuam na área da Educação Inclusiva, o apoio do material didático a esses alunos e as estratégias eficazes de ensino.

### **1.3 OBJETIVOS**

#### **1.3.1 OBJETIVO GERAL**

Analisar a inclusão de pessoas com necessidades específicas no ambiente escolar.

#### **1.3.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS**

- a) Conhecer a educação inclusiva e a legislação que a ampara;
- b) Analisar a formação dos professores na educação inclusiva;
- c) Identificar os direitos reservados para as pessoas com necessidades especiais;
- d) Verificar estratégias metodológicas inclusivas: material de apoio didático.

### **1.4 JUSTIFICATIVA DO ESTUDO**

A educação inclusiva vem se fortalecendo cada vez mais, tanto como teoria quanto prática. E se expandiu em direção ao movimento em defesa da educação de qualidade para todos, principalmente para aqueles que estão frequentemente sob o risco de exclusão educacional.

Percebe-se que ainda há muita dificuldade na inserção do aluno com necessidades especiais no contexto escolar e na sociedade, de forma geral. A aceitação por parte das pessoas com aqueles que têm “necessidades educacionais especiais” diferentes das deles ainda não acontece de forma ideal, tal como se espera. A boa formação do professor nesta área de ensino e a formação continuada, para atender, a diversidade do aluno.

A relevância deste trabalho surgiu por perceber um desafio muito grande,

na total inclusão deste aluno, que sofre tantos preconceitos e exclusão social. Sabendo que a educação é um direito de todos, a democracia deve ser exercida e seus direitos respaldados.

## **1.5 METODOLOGIA DO ESTUDO**

A metodologia é a área que analisa os melhores caminhos para produção de conhecimentos e para Gil (2010, p. 12) “a metodologia científica trata de método e de ciência.” A ciência surge como um procedimento de investigação que procura abranger conhecimentos sistematizados e seguros. Uma metodologia de pesquisa pode variar conforme com sua natureza, ela pode ser quantitativa, qualitativa, descritiva, experimental, exploratória, bibliográfica e será usada segundo a necessidade apresentada pelo objeto em estudo.

Toda pesquisa deve ser pensada e planejada. No seu decorrer são empregados procedimentos necessários para que o estudo possa alcançar conhecimentos seguros e sistematizados, exigidos dentro de uma investigação científica. Segundo Ludke (2014, p. 40), “para realizar uma pesquisa é preciso promover um confronto entre os dados, as evidências, as informações coletadas sobre determinado assunto e o conhecimento teórico acumulado a respeito dele”. O planejamento de uma pesquisa vai depender do problema a ser averiguado, no entanto essa pesquisa é descritiva e bibliográfica.

A pesquisa descritiva exige do investigador uma série de informações sobre o que deseja pesquisar. Esse tipo de estudo pretende descrever os fatos e fenômenos de determinada realidade (LUDKE, 2014, p.112). É também uma pesquisa bibliográfica porque buscou explicar um problema com base em teorias já publicadas em livros, artigos e revistas sobre essa problemática se tornando uma ferramenta imprescindível para qualquer estudo. Segundo Gil (2010) a pesquisa bibliográfica é do tipo explicativo, com a leitura em materiais bibliográficos que tem por objetivo verificar a relevância da obra consultada para pesquisa.

Para elaboração dessa pesquisa foram utilizados livros e periódicos que compõem instrumentos valiosos para pesquisadores da área educacional. Esta pesquisa estará pautada em obter informações baseadas nas produções científicas mais recentes, como revistas científicas, artigos científicos, acervo da biblioteca do UniAtenas, tendo como base de dados Bireme e Scielo.

## **1.6 ESTRUTURA DO TRABALHO**

O seguinte trabalho será dividido em quatro capítulos. No primeiro capítulo será abordado o referencial teórico, fazendo um apanhado geral a respeito do tema, informando o problema, o objetivo geral e específico, as hipóteses e a metodologia empregada na pesquisa.

O segundo capítulo tratará a respeito do termo inclusão, com seu significado e a sua visão de acordo com diferentes autores da área da educação; identificando e discutindo a respeito dos direitos reservados para as pessoas com necessidades educacionais.

O terceiro capítulo tratará sobre o material de apoio utilizado como estratégias metodológicas de ensino.

O quarto capítulo tratará sobre a formação continuada, como uma possibilidade de dar ferramentas qualificadas aos professores para cuidarem e tratarem os alunos com necessidades educacionais especiais de forma igual aos outros alunos, assegurando uma educação inclusiva de qualidade.

E, por fim, as considerações finais, com a reflexão total acerca do problema discutido na pesquisa.

## **2 CONHECER A EDUCAÇÃO INCLUSIVA E A LEGISLAÇÃO QUE A AMPARA**

A expectativa de que a educação se faça, de fato, para todos, ainda se constitui como um grande desafio, levando-se em consideração a grande parcela de pessoas que ainda são excluídas pelo sistema educacional, apesar dos esforços. Para isso, é exigido que a comunidade escolar, de forma geral, viabilize à todos os alunos o acesso à aprendizagem, conhecimento e as experiências curriculares diversas independente de suas necessidades diferenciadas (BRASIL, 1996).

A partir dos séculos XVII e XVIII a educação inclusiva era vista por meio de práticas discriminação em relação a alunos com deficiência. Tanto a escola quanto a família e a sociedade em geral rejeitavam pessoas que estivessem fora do padrão de normalidade: “[...] na antiguidade as pessoas com deficiência mental, física e sensorial eram apresentadas como aleijadas, mal constituídas, débeis, anormais ou deformadas” (BRASIL, 2001, p. 25).

Atualmente, a inclusão é um termo bastante utilizado na sociedade, seja no meio escolar ou na comunidade, de forma geral. O termo, de modo grosseiro e popular, é definido como uma forma que as pessoas sejam vistas como iguais e assim sejam tratadas.

Segundo Stainback e Stainback (1999), a educação inclusiva pode ser definida como a “prática da inclusão de todos independentemente de seu talento, deficiência, origem socioeconômica ou cultural em escolas e salas de aula provedoras, onde as necessidades desses alunos sejam satisfeitas”.

Considerando a diversidade de pessoas, as necessidades também são diversas. Alunos com as chamadas Necessidades Educacionais Especiais (NEE) podem apresentar em longo prazo, algum impedimento de ordem física, mental, intelectual ou sensorial que impeçam sua participação efetiva na sociedade, de modo geral; e, também na escola (FERNANDES e VIANA, 2009). Segundo Magalhães (2003), alunos com NEE podem apresentar dificuldade de aprendizagem, problema de comportamento, deficiência física sensorial (cegos, surdos, cego-surdos) ou não (paralisia cerebral), deficiência mental e múltipla. Além disso, também podem ser considerados alunos com NEE, aqueles com altas habilidades, com currículo diferenciado devido à sua alta capacidade de aprendizagem.

As Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, dentre outros, determina, segundo o Art.5º o que se considera como necessidades

educacionais especiais, são aqueles alunos que apresentam: dificuldades de aprendizagem ou alguma limitação no processo de desenvolvimento que os impeçam de acompanhar as atividades seja por uma causa orgânica ou devido a uma condição, disfunção ou deficiência; dificuldades em se comunicar e formas de se sinalizar suas necessidades diferentes dos demais, por meio de outra linguagem ou códigos; alunos com altas habilidades, considerados superdotados, com grande capacidade de aprendizagem. E, segundo o Art.6º, para que sejam identificadas essas necessidades e sejam tomadas as decisões adequadas e corretas, a escola, para uma correta avaliação do aluno, deve contar com a experiência de seus funcionários, uma área específica de educação especial na escola e a colaboração da família e também de uma equipe de saúde, quando necessário (BRASIL, 2001, p.49).

Alunos estes que necessitam de uma aprendizagem diferenciada, porém inclusiva. Pensando nesta aprendizagem diferenciada e inclusiva, o marco considerado como histórico, da inclusão ocorreu em junho de 1994, com a Declaração da Salamanca Espanha, realizado pela UNESCO na Conferência Mundial Sobre Necessidades Educativas Especiais. Essa declaração instituiu o Acesso e Qualidade, assinado por 92 países, cujo princípio fundamental é que "todos os alunos devem aprender juntos, sempre que possível, independente das dificuldades e diferenças que apresentem" (Portal da Educação).

No Brasil, de acordo com a Resolução n.2/2001 que instituiu as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, ocorreu um avanço na questão da universalização e atenção à diversidade, na educação brasileira (BRASIL, 2001).

O princípio fundamental desta política é de que o sistema regular deve atender a diversidade do alunado, isto é, todos os que se encontram excluídos, frequentadores da escola. Este atendimento inclui, necessariamente, o atendimento dos alunos considerados deficientes, tanto físicos, visuais, auditivos e mentais na escola regular (BRASIL, 2001).

Assim, com essa resolução foi instituído que os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, ficando as escolas responsáveis por organizarem o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, certificando as condições necessárias para a educação de qualidade para todos.

Sasaki coloca que (1997):

A inclusão escolar é vista como a melhor alternativa para os alunos segregados da escola regular, já que ela: representa um passo muito

concreto e manejável que pode ser dado em nossos sistemas escolares para assegurar que todos os estudantes comecem a aprender que pertencer é um direito e não um status privilegiado que deva ser conquistado (SASSAKI, 1997, p.18).

Na teoria, uma escola inclusiva se propõe a constituir um sistema educacional que leve em conta as necessidades de todas as crianças. A escola deve ser estruturada em virtude dessas necessidades; uma vez que a educação inclusiva propõe repensar a instituição, para que a mesma deixe de ser a escola da homogeneidade e passe a ser a escola da heterogeneidade, dando lugar de protagonista a todos.

Segundo Mendes (2006):

A denominada escola inclusiva teria como fundamento básico a flexibilidade curricular e metodológica com o intuito de lidar com diferenças individuais, com vistas a atender todos os alunos, inclusive aqueles com deficiência. Trata-se, portanto, de promover a reorganização desta escola para atender às diversidades existentes, no que se refere aos ritmos de aprendizagem, interesse, origem social, dificuldades, habilidades, motivação, em qualquer nível de ensino (MENDES, 2006, p.388).

Mantoan (1997) enfatiza que a inclusão implica uma mudança de perspectiva educacional, pois não se limita aos alunos com deficiência e aos que apresentam dificuldades de aprendizagem, mas a todos os demais, para que obtenham sucesso na corrente educativa geral. Os alunos com deficiência constituem uma grande preocupação para os educadores inclusivos, pois a maioria dos alunos que fracassam na escola é dos que não vêm do ensino especial, mas dos que possivelmente acabarão nele.

É preciso ter a consciência que o aluno com necessidades específicas têm o direito de ter acesso e garantia de permanência na escola; incluindo o livre acesso pelos caminhos (espaço físico) que a escola oferece; acesso ainda aos meios didático-pedagógicos, comunicação; em suma todos os meios que favoreça sua interação social dentro do espaço escolar. A escola nasce da escuta do outro, respeitando-o com um ser humano com suas necessidades e desejos. Cerqueira (2011, p. 20) enfatiza que “a escuta é um processo fundamental nas relações interpessoais. A escuta proporciona o reconhecimento do outro, a aceitação, a confiança mútua, entre quem fala e quem escuta”.

A inclusão não se dá apenas aos alunos com necessidades específicas, e sim para que, todos sejam tratados de forma igual, tendo iguais oportunidades na busca de uma educação de qualidade, o que possibilitará o sucesso dos alunos no

seu processo de aprendizagem e ainda contribuir para sua vivência na sociedade, ou seja, a escola deve se tornar um ambiente aberto à diversidade a fim de integrar de forma igual a todos que estão inseridos no ambiente escolar, o caminho é longo, mas sempre é preciso dar o primeiro passo, visando sempre o melhor para os alunos (CAMARGO, 2017).

As escolas inclusivas devem reconhecer e satisfazer as necessidades diversas dos seus alunos, adaptando aos vários estilos e ritmos de aprendizagem, de modo a garantir um bom nível de educação para todos, através de currículos adequados, de uma boa organização escolar, de estratégias pedagógicas, de utilização de recursos e de uma cooperação com as respectivas comunidades, é preciso, portanto, um conjunto de apoio de serviços para satisfazer o conjunto de necessidades especiais dentro da escola (BRASIL, 1994).

A inclusão é um direito das pessoas com necessidades específicas; e também, um dever da sociedade mostrar-se competente para educar e propiciar condições de sobrevivência dignas para essas pessoas; a escola deve ser a primeira instituição a dar o exemplo, uma vez que as alterações e mudanças implantadas para construir uma escola inclusiva nos convocam a novos debates acerca do papel da escola, de sua organização e do papel dos professores e dos novos educadores que ali atuarão, seja no espaço da sala de aula junto ao professor regente, seja em outros espaços da escola (OLIVEIRA, SILVA, PADILHA e BOMFIM, 2012).

Ainda segundo os mesmos autores, dessa forma, o que se observa é que a educação inclusiva aparece estabelecendo um novo modelo onde a escola tem a obrigação de se adaptar às necessidades e especificidades dos alunos, buscando contribuir com o desenvolvimento de todos. Assim, o desafio da escola é trabalhar com essa diversidade escolar construindo um novo conceito de ensino e aprendizagem, excluindo o caráter segregacionista.

Portanto, para que haja uma educação inclusiva de qualidade é necessário que a escola esteja preparada, tanto em relação à infraestrutura quanto à metodologia. Dessa forma, no próximo capítulo será tratado a respeito dos materiais didáticos que podem ser utilizados para favorecer a inclusão das pessoas com necessidades educacionais específicas.

### 3 ESTRATÉGIAS METODOLÓGICAS INCLUSIVAS E MATERIAL DIDÁTICO DE APOIO

A educação inclusiva de crianças com necessidades educacionais especiais em âmbito escolar e também na sociedade requer o esforço específico de alguns profissionais e da própria escola. Mas, além disso, vale outros questionamentos, entre eles: quais as ferramentas necessárias para adaptar e garantir um bom desenvolvimento escolar para alunos com limitações visuais, físicas ou mentais? Para o educador que tem em sua sala um aluno com necessidades educacionais especiais, não deve haver limitações para a criatividade e para a utilização de recursos pedagógicos e material didático de apoio, mobiliário adaptado e estratégias adequadas que motivam sua vontade de aprender (OLIVEIRA, 2003).

Cerqueira e Ferreira (1996, p.24) colocam que “talvez em nenhuma outra forma de educação os recursos didáticos assumam tanta importância como na educação especial de pessoas deficientes”. A manipulação de diversos materiais pode contribuir para o desenvolvimento da percepção tátil, permitindo a discriminação de detalhes e propiciando a movimentação dos dedos.

... É diversificando as atividades, trabalhando conteúdos e utilizando recursos alternativos que se consegue a participação ativa do aluno no processo ensino-aprendizagem e conseqüentemente o seu crescimento pessoal, de forma que, possa aplicar e utilizar os conhecimentos adquiridos na prática social (POLICARPO, 2008, p.8).

Porém, ainda segundo o mesmo autor, é natural a utilização somente do livro didático por parte dos docentes, em vez de utilizarem também outros tipos de recursos como forma de aprendizagem. Os livros didáticos têm a sua importância e função, porém são limitados, especialmente diante do novo formato de escola; não propiciando aos alunos o momento de reflexão, requerendo apenas uma aprendizagem por repetição e memorização (POLICARPO, 2008).

Dessa forma, é necessário que haja estímulo e materiais diversificados para propiciar uma participação efetiva. Segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 1998, p.19), as adaptações para o acesso ao currículo devem conter materiais escritos que estimulem a criatividade das crianças, tais como murais, inclusão de figuras, e de elementos que despertem novas possibilidades; materiais e mobiliários que permitam e facilitem os trabalhos educativos; ambientes favoráveis de aprendizagem e, principalmente, o cuidado para evitar que sentimentos de

superioridade, rejeição dos demais colegas, sentimentos de isolamento possam surgir durante as atividades.

Podem ser citadas algumas necessidades educacionais especiais e as possíveis formas de se lidar com esses alunos no ambiente escolar, segundo o MGER (Manual do Governo do Estado do Paraná, 2010):

a) alunos com deficiência intelectual/mental, cuja principal característica é o ritmo de aprendizagem diferente dos outros alunos com a mesma idade cronológica. O material deve ser apresentado de forma adaptável com o nível de desenvolvimento deste aluno e, como sugestões podem ser construídas ambientes mais favoráveis à aprendizagem, tais como ateliês e oficinas; como outra possível sugestão, aplicar atividades que possam desenvolver habilidades sociais de comunicação, cuidado pessoal e autonomia.

b) alunos com deficiência visual, que podem ser divididos em cegueira (quando há uma perda da visão de ambos os olhos) e visão reduzida (que permite ao aluno ler alguns impressos por meio de recursos didáticos e equipamentos especiais). Para essas situações, é recomendado que o professor trabalhe a audição e tato dessas crianças, para que as mesmas tenham a possibilidade de compreender o mundo ao seu redor.

c) alunos com deficiência auditiva, que se caracteriza como a falha total ou parcial da audição. Devido à dificuldade apresentada em ouvir, a criança pode desenvolver dificuldade na fala, porém isso não significa dizer que ela não desenvolva a fala. Nessas situações, são indicados treinamentos aos profissionais da educação para a aprendizagem da língua de sinais (libras), para propiciar a comunicação.

d) alunos com deficiência física, cuja característica principal são alunos com algum tipo de limitação física, porém é importante levar em consideração à heterogeneidade dessas deficiências. Segundo o PCN (Parâmetros Curriculares Nacionais) é apresentado como possíveis estratégias metodológicas a adoção de sistemas alternativos de comunicação e a utilização de pranchas para manter o papel seguro, tal como os outros materiais escolares; e textos em conjunto com outras linguagens, imagens (BRASIL, 1998).

e) aluno com múltiplas deficiências é quando há associação de duas ou mais deficiências (mental/intelectual, auditiva, física), causando um atraso no desenvolvimento da pessoa e em sua capacidade de se adaptar, de forma geral. Nesses casos, se faz necessário um planejamento particular para esses alunos e

também a realização de trabalhos individualizados, em que os objetos e os materiais sejam entregues diretamente a eles, estimulando-os a utilizarem.

f) alunos com condutas típicas, isto é, alunos com comportamentos que fogem do padrão em relação à idade em questão. Estes comportamentos, tais como a hiperatividade e a agressividade precisam ser identificadas e cuidados, levando em consideração o apoio familiar, educacional e psicológico. Nessas situações, algumas medidas podem ser tomadas como formas de favorecer o processo aprendizagem: desenvolvendo as competências do aluno, estimulando a atenção do mesmo, fazendo o uso de instruções de forma clara e precisa, oferecendo modelos adequados para a aprendizagem e favorecendo o ambiente para um bem estar emocional.

De forma geral, há inúmeras materiais que podem ser utilizados como pedagógicas para o ensino de alunos com necessidades educacionais especiais, levando-se em consideração as suas especificidades. Porém, deve se levar em conta que esse ensino não pode estar somente atrelado aos recursos utilizados, pois se tem que estes são apenas auxílios para o processo de ensino-aprendizagem.

O que caracteriza uma prática como sendo de qualidade é a forma como o professor encontra de conduzir de modo eficaz o seu aluno a uma aprendizagem significativa, independente de sua necessidade.

## 4 A FORMAÇÃO CONTINUADA COM FOCO NA INCLUSÃO

Para que a inclusão escolar se dê de forma efetiva, é importante considerar não somente a estrutura da escola, contando com seu material didático, acessibilidade, entre outros, mas também o trabalho pedagógico do professor frente às demandas diferenciadas dos seus alunos com necessidades educacionais especiais (OLIVEIRA, 2003).

A prática da educação inclusiva requer do professor novas análises e técnicas para lidar com o novo e com as possíveis dificuldades que podem surgir. Dessa forma se faz necessário o aperfeiçoamento e novas reflexões por meio de uma formação continuada de qualidade, pois incluir pessoas com NEE na escola regular requer uma grande reforma no sistema educacional. Isto é, implica em uma mudança no currículo, no desenvolvimento de trabalho em grupos de sala de aula e uma maior estrutura física (ROCHA, 2017).

Além disso, a formação de professores é parte essencial no processo de construção da inclusão escolar, uma vez que essa construção necessita de uma transformação nos recursos humanos, dando condições para que os mesmos possam colocar em prática essa inclusão (MENDES, 2004). E, as Leis de Diretrizes Básicas preveem essa formação continuada:

A LDB 9394/96 no seu Art. 59 garante: Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação: III – professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns. Parágrafo único: Garantir-se-á formação continuada para os profissionais a que se refere o caput, no local de trabalho ou em instituições de educação básica e superior, incluindo cursos de educação profissional, cursos superiores de graduação plena ou tecnológicos e de pós-graduação (BRASIL, 1996).

O Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011 em seu Art 5º. § 2o, que se refere ao apoio técnico e financeiro para a formação profissional contempla as seguintes ações:

III - formação continuada de professores, inclusive para o desenvolvimento da educação bilíngue para estudantes surdos ou com deficiência auditiva e do ensino do Braille para estudantes cegos ou com baixa visão; IV - formação de gestores, educadores e demais profissionais da escola para a educação na perspectiva da educação inclusiva, particularmente na aprendizagem, na participação e na criação de vínculos interpessoais (BRASIL, 2011).

De acordo com Medina e Portilho (2012), a formação de professores é um processo que se dá de modo contínuo; é um processo interativo, acumulativo e agrupa uma diversidade de formas de aprendizagens que estão dentro do desenvolvimento profissional.

A ideia de desenvolvimento está ligada à aquisição temporal e contínua, que vai além dos limites do curso de formação inicial. Ao professor é permitido constituir e reconstituir seus saberes frente às diferentes situações de trabalho e, devido à isto, o desenvolvimento profissional dos professores tem sido foco de muitos programas de formação continuada. Assim, a formação continuada aparece como uma parte do processo de desenvolvimento profissional, com o objetivo de explorar os diversos contextos e possibilidades de aprendizagem englobando as características do conhecimento dos professores (POZZATTI e REALI, 2007).

E, para que o professor possa se desenvolver profissionalmente deve investir em seu processo de formação continuada que é voltada para aquele já em exercício da profissão e tem como função mais importante contribuir para a ampliação e a alteração, de maneira crítica, da própria prática (ALBUQUERQUE, 2006).

Segundo Chimentão (2009, p.3), a formação continuada é uma exigência básica para o processo de transformação do professor, pois é por meio “do estudo, da pesquisa, da reflexão, do constante contato com novas concepções, proporcionado pelos programas de formação continuada, que é possível a mudança”. Tem sido entendida como um processo infinito de melhoramento dos saberes necessários à ação profissional. Defende-se que o modo de fazer pedagógico do professor não vai ser alterado se ele não tiver a oportunidade de vivenciar novas experiências, novas pesquisas, novas formas de ver e pensar a escola.

A formação continuada está ligada à ideia de aprofundamento, de especialização e ampliação de saberes e práticas, diretamente ligado à prática diária. Não pode ser relativizada com o tempo de experiência profissional, mas vai além, pois levará em consideração a disposição de tempo e os instrumentos utilizados para problematizar e analisar situações e temas para gerar o crescimento profissional (ANDRADE, 2005).

Assim, essa formação deve acontecer de forma que os conhecimentos teórico-práticos sejam enriquecidos, promovendo espaços onde possam compartilhar suas vivências, dificuldades, medos e descobertas. Em discussão com outros

professores será possível pensar em novas formas de trabalho e novas estratégias pedagógicas (NOVAIS, 2010).

Em relação à formação continuada e educação inclusiva, Medeiros (2009) destaca que:

Em relação à formação de professores e à Educação Inclusiva, podemos dizer também, que esse encontro está em processo, visto que, nos cursos de formação inicial, esse tema ainda é pouco abordado, geralmente, com um ou dois componentes curriculares que tratam sobre o assunto. Cursos específicos sobre a inclusão escolar no Brasil são oferecidos em nível de graduação (em poucas universidades), extensão e pós-graduação (MEDEIROS, 2009, p.9).

Assim, à medida que a educação inclusiva é inserida na educação regular, a demanda do professor aumenta, exigindo que sejam implantadas adaptações na forma de ensino, de forma que sejam trabalhadas as atividades individuais de cada aluno. Por esse motivo, é imprescindível que todos que os educadores estejam habilitados para atuar de forma competente junto a esses alunos em cada etapa do ensino.

As aulas não podem ser elaboradas de uma maneira única, quando se pensa que há alunos diferentes e necessidades diferentes. Assim, a metodologia precisa ser adaptada, tal como as formas de comunicação, considerando que existem os alunos que estão prontos para aprender o que se é ensinado e os que não estão (MORAN, 2009).

Portanto, não somente o uso de material pedagógico distinto ou a utilização de quadro, de outras ferramentas se faz o bastante. Pelo contrário, é necessária uma formação qualificada para que o material pedagógico seja utilizado com finalidade.

Segundo Gómez e Terán (2008, p.30), “é importante ajudar essas crianças a conhecerem seus pontos fortes, a compreenderem que suas dificuldades não existem por falta de capacidade e, a descobrirem estratégias que sejam úteis ao seu aprendizado”. E uma formação inicial e continuada adequada permitirão que o educador propicie momentos de maior confiança para essa criança, ajude a encontrá-las as suas aptidões, autonomia e motivação. É necessário aceitar respeitar a individualidade da criança, assim como a forma de aprender de cada uma.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Atualmente, os tempos escolares são outros, as necessidades são outras, os alunos são diversificados e a formação continuada apresenta papel importante na formação do conhecimento e de alunos preparados para o mundo. Afinal, muito se fala sobre necessidades educacionais especiais e inclusão e, a educação (escola e professores) não pode estar à margem de uma atualização para realizar intervenções eficazes junto a esses alunos.

Um das formas de praticar a inclusão e incorporá-la na prática é utilizando alguns recursos alternativos, tais como os materiais didáticos pedagógicos, que surgem meios para tornar a prática mais dinâmica e propiciar uma prática mais ativa dos alunos, de forma geral.

Porém, somente o uso do material didático não é o suficiente, pois requer uma reflexão crítica por meio dos professores a respeito destes. O uso não pode se dar de forma aleatória; pelo contrário, se faz necessário a realização de um planejamento prévio a respeito do conteúdo abordado, contendo objetivos, ações, a forma como será utilizado, o tempo e o como estará disposto o espaço físico da sala.

Dessa forma, o que se percebe é que há inúmeras opções para se lidar com a inclusão, contudo há os desafios, uma vez que a formação continuada se faz necessária para a formação dos professores e, conseqüentemente, para uma educação de qualidade e uma formação adequada para todos os alunos.

Portanto, esse artigo tinha como objetivo analisar o processo de inclusão das pessoas com necessidades educacionais especiais na escola regular com base em outras publicações e o que se pode constatar é que a educação inclusiva está inserida no contexto escolar, porém ainda atravessa períodos de dificuldades, considerando que é necessário que as escolas se atualizem e busquem novos formatos de currículo para se adequar às necessidades de todos os alunos.

Este trabalho foi escrito com o objetivo de orientar estudantes e profissionais que visem se aprofundar mais na questão da educação inclusiva.

## REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, M.O.A. **Formação continuada e processo de socialização profissional.** In: IV Encontro de Pesquisa em Educação da UFPI, 2006, Teresina. *A pesquisa como mediação de práticas socioeducativas.* Teresina: EDUFPI, p. 22-22. 2006.

ANDRADE, S.G. **Ação docente, formação continuada e inclusão escolar.** 2005. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2005. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br>>.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Ação de Salamanca e Linha de Ação sobre Necessidades Educativas Especiais.** Brasília: Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, 1994.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional** n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais:** Adaptações Curriculares – estratégias para a educação de alunos com necessidades educacionais especiais. Brasília: MEC/SEF/SEESP, 1998.

BRASIL. **Conselho Nacional de Educação - Câmara de Educação Básica - Resolução CNE/CNB** n.2 de 11 de setembro de 2001 - Brasília.

BRASIL. **Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011.** Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2011/decreto/d7611.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7611.htm).

CAMARGO, E.P. **Inclusão social, educação inclusiva e educação especial:** enlaces e desenlaces. Ciênc. educ. (Bauru) vol.23 no.1 Bauru Jan./Mar. 2017

CERQUEIRA, T.C.S. **Textos em Escuta Sensível.** Brasília-DF, Thesaurus. 2011.

CERQUEIRA, J.B.; FERREIRA, M.A. **Os recursos didáticos na educação especial.** Rio de Janeiro: Revista Benjamin Constant, nº 5, dezembro de 1996.

CHIMENTÃO, L.K. **O significado da formação continuada docente.** 4º CONPEF, Universidade Estadual de Londrina. 2009.

FERNANDES, T.L.G.; VIANA, T.V. **Alunos com necessidades educacionais especiais (NEEs):** avaliar para o desenvolvimento pleno de suas capacidades. Est. Aval. Educ., São Paulo, v. 20, n. 43, maio/ago. 2009.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GÓMEZ, A.M.S.; TÉRAN, N.E. **Dificuldades de aprendizagem**. Detecção e estratégias de ajuda. Tradução de Almeida Navarro. São Paulo: Grupo cultural, 2008.

MGER – MANUAL DO GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ. **O Professor PDE e os desafios da escola pública Paranaense**. Produção Didático-Pedagógica. Paraná, 2010.

LUDKE, M. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo, E.P.U., 99p. 2014.

MAGALHÃES, R.C.B. (Org.). **Reflexões sobre a diferença: uma introdução à educação especial**. Fortaleza: Demócrito Rocha, 2003.

MANTOAN, M.T.E. **A inclusão escolar de deficientes mentais: contribuições para o debate**. Rio de Janeiro: WVA, 1997. P. 137-154.

MEDEIROS, C. **Saberes Docentes e Autonomia dos Professores**. 2 ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2009.

MEDINA, G.B.K., PORTILHO, E.M.L. **Uma metodologia de formação continuada para professores da educação infantil**. IX ANPED SUL. Puc Paraná. 2012.

MENDES, E. G. **Construindo um “lócus” de pesquisas sobre inclusão escolar**. In: MENDES, E.G; ALMEIDA, M. A; WILLIAMS, L. C. de. **Temas em educação especial: avanços recentes**. São Carlos: EdUFSCAR, pp.221-230, 2004.

MENDES, E.G. **A radicalização do debate sobre inclusão escolar no Brasil**. Revista. Brasileira de Educação, Dez 2006, vol.11, n.º 33, p.387-405.

MORAN, J.M. **Mudar a forma de ensinar e de aprender com tecnologias**. In: **Transformar as aulas em pesquisa e em comunicação presencial virtual**. 2009.

NOVAIS, G. S. (Org.). **Formação docente e inclusão escolar: Ensinando de um jeito que não aprendi?** In: NOVAIS, G.S.; CICILLINI, G. A. (Orgs). **Formação docente e práticas pedagógicas: olhares que se entrelaçam**. Araraquara: Junqueira&Marin; Belo Horizonte: FAPEMIG, 2010.

NOVA ESCOLA. **Educação inclusiva: desafios da formação e da atuação em sala de aula**. [INTERNET, 2013]. Disponível em: <<https://novaescola.org.br/conteudo/588/educacao-inclusiva-desafios-da-formacao-e-da-atuacao-em-sala-de-aula>>.

ORRÚ, E.S. **Para além da educação especial: avanços e desafios de uma educação inclusiva**. Wak editora. Rio de Janeiro 2014.

POLICARPO, I. **As contribuições dos recursos alternativos na prática pedagógica**. Universidade Estadual do Norte do Paraná, Cornélio Procópio – PR, 2008.

Portal da Educação [INTERNET]. **Inclusão Escolar**: Um desafio entre o ideal e o real. Disponível em: <  
<https://www.portaleducacao.com.br/conteudo/artigos/conteudo/inclusao/2284>>.  
Acesso em 26 de set 2018.

POZZATTI, J.; REALI, A.M.M.R. **A inclusão, formadores de professores e Internet: interfaces possíveis**. UFSCAR. IX CONGRESSO ESTADUAL PAULISTA SOBRE FORMAÇÃO DE EDUCADORES – 2007 UNESP - UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA - PRO-REITORIA DE GRADUAÇÃO.

ROCHA, A.B.O. **O papel do professor na educação inclusiva**. Ensaios Pedagógicos, v.7, n.2, Jul/Dez 2017.

RODRIGUES, D. **Dez ideias (mal) feitas sobre educação inclusiva**. São Paulo: Summus, 2003.

RODRIGUES, D. **Inclusão e educação**: doze olhares sobre a educação inclusiva. Summus editorial. São Paulo, 2006.

STAINBACK, S.; STAINBACK, W. **Inclusão**: um guia para educadores. Porto Alegre: Artmed. 1999.

SASSAKI, R.K. **Inclusão**: Construindo uma sociedade para todos. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

SASSAKI, R.K. **Terminologia sobre deficiência na era da inclusão**. In: Revista Nacional de Reabilitação, São Paulo, ano V, n. 24, jan./fev. 2002.

OLIVEIRA, F. I. W. **A importância dos recursos didáticos no processo de inclusão de alunos com necessidades especiais**. In: GARCIA, W.G.; GUEDES, A.M. (Org.). Núcleos de Ensino. 1ª ed. São Paulo: FUNDUNESP, v. 1, p. 21-24., 2003.

OLIVEIRA, E.S.; SILVA, T.P.; PADILHA, M.A.O.; BOMFIM, R.S. **Inclusão social**: Professores preparados ou não? Revista Online Polêmica, v. 11, n. 2, 2012. Disponível em: <  
<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/polemica/article/view/3103/2224>>.